

COMPORTAMENTO ÉTICO NA TOMADA DE DECISÃO GOVERNAMENTAL: Análise com Base na Dissonância Cognitiva

CARLA JANAINA FERREIRA NOBRE
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA PARAÍBA (IESP)

WENNER GLAUCIO LOPES LUCENA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

RONALDO JOSÉ RÊGO DE ARAÚJO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)

COMPORTAMENTO ÉTICO NA TOMADA DE DECISÃO GOVERNAMENTAL: Análise com Base na Dissonância Cognitiva

1 INTRODUÇÃO

O processo de tomada de decisão está presente em todos os momentos, seja na vida pessoal ou profissional. No meio profissional, isto é crucial para as organizações, e precisa ser bem entendido para que não comprometa o desempenho das empresas (FREITAS; BECKER; KLADIS; HOPPEN, 1997). Nesse aspecto, vários fatores ligados a tomada de decisão podem influenciar: crenças, valores, costumes. Consoante a isto, a ética pode estar ou não estar presente na tomada de decisão. A ética tem como objetivo compreender os conflitos sociais, no intuito de buscar os motivos dessas discordâncias, de modo que as pessoas convivam em harmonia (MONTEIRO; DA SILVA; DA SILVA; WEHRMANN, 2016).

Na esfera pública, o processo de tomada de decisão ocorre no planejamento e na execução da alocação de recursos, decisão esta que envolve não apenas o gestor público, mas a sociedade como um todo. Conforme Freitas et al. (1997) os elementos do processo de decisão são as informações e a geração de alternativas, para que o tomador de decisão concretize as atitudes.

Porém, de acordo com Simon (1955) os indivíduos possuem uma racionalidade limitada. Por isso, as informações que uma pessoa possui são processadas de maneira seletiva, fazendo com que haja uma limitação na capacidade de escolha de uma alternativa. Durante esse processo, pode ocorrer de um indivíduo tomar uma decisão que não foi a mais acertada, inclusive que não foi a mais ética. Neste caso, pode ocorrer a dissonância cognitiva, que é um conflito interno, um desconforto da mente (FESTINGER, 1957). Para minimizar este conflito, as pessoas tentam aceitar que a decisão tomada foi a mais correta, de modo a diminuir a dissonância.

De acordo com Monteiro et al. (2016), quando existe a ética no ambiente profissional, o clima vivenciado no trabalho é de honestidade, confiabilidade, comprometimento, que direcionam o comportamento do indivíduo a tomada de decisões. O setor público vem sendo noticiado constantemente pelas fraudes e corrupção, como o caso da operação lava jato e da carne fraca, que segundo Carioca (2016) esses casos configuram um dos grandes problemas do mundo atual. Esse cenário pode estar marcado por decisões antiéticas tomadas pelos gestores públicos no momento da alocação de recursos, em que acontecem desvios orçamentários e fraudes governamentais.

O Brasil adota o federalismo fiscal, isto faz com que cada esfera de governo tenha suas próprias competências, entre elas a de arrecadação de tributos. Segundo Oates (1977), este sistema federalista contribui para eficiência alocativa dos gastos públicos nos estados e municípios. Além disso, por meio do controle social, a população cobra dos governantes, ações em prol das necessidades sociais que em muitos casos fica relegada a segundo plano e não são atendidas, dessa forma, o agir ético nas decisões pode combater essa corrupção.

Muitos desses escândalos de corrupção envolvem fraudes contábeis, conforme é repercutido na mídia, e provoca indignação social (SILVA; SANCOVSKI; CONDÉ, 2012). Porém, conforme Serra e Ares (2014), o contador é um profissional importantíssimo no combate à corrupção, por deter informações de transparência sobre os resultados das entidades, além de poder atuar de forma a denunciar atitudes fraudulentas.

Neste sentido, este artigo, apoiado na teoria da dissonância cognitiva, e no comportamento ético na tomada de decisão, tem o seguinte problema de pesquisa: **Qual a eticidade na tomada de decisão dos cidadãos diante de situações que envolvem posicionamento na alocação de recursos?** Tem-se como objetivo verificar a eticidade dos cidadãos na tomada de decisão perante situações que envolvem posicionamento na alocação de recursos.

Esta pesquisa inicia-se com esta introdução, seguindo-se pelo referencial teórico, o qual aborda a teoria da dissonância cognitiva, sobretudo no processo de tomada de decisão, as questões éticas individuais e profissionais, e alocação de recursos públicos. Além dos procedimentos metodológicos, a discussão dos resultados, e as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria da Dissonância Cognitiva na Tomada de Decisão

A Teoria da Dissonância Cognitiva surgiu após o experimento, Paradigma da Recompensa Insuficiente, por Festinger (1957), o qual teve o intuito de estudar o comportamento humano no momento da tomada de decisão. Festinger (1957) conclui que os indivíduos sempre querem chegar a um estado harmônico de suas cognições. A dissonância cognitiva ocorre quando um desconforto mental proporcionado por ideias antagônicas acontece, ou seja, apenas ocorre a dissonância se houver conflito entre o que uma pessoa tem como certo, conforme suas crenças, e a escolha por tomar a decisão considerada errada para ela. Neste momento, o incômodo na mente se inicia.

Na tentativa de minimizar esta sensação desagradável o indivíduo tenta se convencer de que a decisão tomada é correta, sendo assim, diminuindo a dissonância cognitiva. Isso é evidenciado por Huffman, Vernoy e Vernoy (2003) ao afirmarem que quando o comportamento difere das atitudes, para diminuir a tensão, a qual é provocada pela dissonância, o ser humano tende a modificar a atitude original.

A dissonância se apresenta especialmente relevante para a tomada de decisões. Segundo Bazermann e Moore (2009), para uma tomada de decisão racional é preciso seguir seis passos: 1. Definir o problema; 2. Identificar; 3. Pesar os critérios; 4. Gerar alternativas; 5. Classificar as alternativas em cada um dos critérios; e 6. Tomar a decisão ideal. Porém, seguir cada passo pode demandar um tempo excessivo, maior concentração no problema, um conhecimento melhor sobre o objeto da tomada de decisão. Nesse sentido, Simon (1955) apresenta que os seres humanos possuem racionalidade limitada, portanto podendo se desviar da racionalidade.

Simon (1955) aponta as principais razões para a racionalidade limitada. Os indivíduos têm a capacidade de se concentrarem nos problemas que necessitam de atenção imediata, sendo assim, as decisões que precisam ser tomadas em um curtíssimo espaço de tempo, acabam por fazer com que as pessoas se sintam pressionadas a dedicarem atenção especial a estes problemas. Outro fator para a racionalidade limitada são as alternativas criadas pelas pessoas para solucionar um problema. Simon (1955), ainda acrescenta como ponto importante para a racionalidade limitada, a capacidade humana de aquisição de fatos e inferência a partir destes. Dessa forma, as decisões tomadas são baseadas em fatos bastante subjetivos, baseados nas percepções individuais de cada pessoa (MELO; FUCIDJI, 2016).

De acordo com Tversky e Kahneman (1974), para a tomada de decisões, as pessoas se utilizam de heurísticas, que são definidas como estratégias de simplificação ou atalhos mentais para a tomada de decisão. As heurísticas são uma espécie de método utilizado para lidar com o ambiente que, por vezes, é complexo em torno das decisões, sendo úteis, mas podendo levar a erros graves (BAZERMANN; MOORE, 2009).

Tanto no ambiente pessoal quanto no profissional as pessoas estão a todo momento tomando decisões. Por vezes, no campo do trabalho as decisões impactam mais pessoas, principalmente se o profissional atua como gestor público, a alternativa estabelecida como decisão alcança um grande número de pessoas, de modo que influencia a vida destas. Porém, as decisões, muitas vezes, necessitam ser tomadas imediatamente, fazendo com que as pessoas se utilizem de heurísticas, podendo ser errôneas para o momento.

Dessa forma, a dissonância cognitiva surge, e para minimizá-la o indivíduo aceita a opção tomada como certa. Nesse sentido, o gestor público pode até gerenciar a sua impressão para a população, fazendo com que esta também acredite que a decisão tomada foi a mais

acertada. Por isso, as decisões são complexas de serem tomadas da forma mais correta possível. Para Thaler (1999) é importante se estudar a contabilidade mental, com o intuito de melhor compreender os erros de cognição que os indivíduos geram, de modo a se evitar erros, assim proporcionando uma melhor qualidade de vida.

Uma das possibilidades para que as decisões não questionem a ética do tomador de decisão é dar maior transparência possível, e um desses requisitos podem estar ligados a prestação de contas dos gestores, ou ainda, algum mecanismo de controle e/ou fiscalização.

2.2 O Comportamento Humano e a Ética na Tomada de Decisão

O estudo sobre o comportamento dos indivíduos é muito presente, principalmente no campo da psicologia. No âmbito das ciências sociais aplicadas, o comportamento humano, por anos, foi negligenciado das pesquisas acadêmicas por ser de difícil mensuração. Porém, com o desenvolvimento dos estudos das finanças comportamentais, mais precisamente na década de 70, com os trabalhos dos pesquisadores Kahneman e Tversky (1979), a área das ciências sociais aplicadas, que auxiliam na tomada de decisão, deram ênfase maior a inserção de variáveis comportamentais nos estudos.

Nas finanças tradicionais, os modelos são sustentados como se os agentes fossem racionais, em contraponto, as finanças comportamentais trazem consigo, conforme explica Halfeld e Torres (2001), que o homem é frequentemente irracional, ou seja, sofre influência de emoções e erros cognitivos, e isso deve ser inserido em um modelo econométrico. Assim, a parte não racional humana influencia no processo de tomada de decisão.

Para a compreensão desse processo de tomada de decisão do ser humano, estudos da área de psicologia explicam que o pensamento humano é dividido em dois sistemas, o sistema 1 e o sistema 2, S1 e S2, respectivamente, separando a intuição da razão. Kahneman e Tversky (1979) concluíram após pesquisas que em muitas decisões, por diversas vezes, não são tomadas pelo indivíduo guiado pela razão, mas por emoções. O S1 é aquele sistema mais rápido, sem esforço para que as ideias surjam, já o S2 é aquele mais lento, consciente e esforçado. No dia-a-dia, em meio a decisões imediatistas, muitas são tomadas baseadas apenas no S1. É necessário que as pessoas estejam atentas, ou seja, preparadas para as situações de tomada de decisão, caso não, as pessoas não se sairão bem (KANEHMAN, 2012).

Cabe ressaltar, que o simples fato de tomar decisões errôneas não quer dizer que o indivíduo foi influenciado por alguma heurística e/ou viés comportamental, mas, o que pode acontecer é a falta de conhecimento do assunto ou até mesmo, interesse no que está se tratando. Por mais que existam autores contrários a essa vertente, essa característica não deixa de ser um importante indicador na psicologia e na tomada de decisão.

Neste contexto de tomada de decisão, para se conviver em sociedade, é importante ressaltar que a ética deve estar presente. A palavra Ética vem do grego, significando modo de ser ou caráter, já a palavra Moral vem do latim, e é relativo aos costumes. Conforme Vasquez (2007), a ética diz respeito a ciência do comportamento das pessoas em uma sociedade, almejando a racionalidade. A ética diz respeito, então, as normas e valores de um indivíduo no contexto social, ou seja, está relacionada com a moral. Já a moral tem relação com o comportamento de uma pessoa diante de questões reais (MORAES, SILVA & CARVALHO, 2010). Nesta pesquisa, os dois termos serão tratados como sinônimos.

Para se chegar a uma tomada de decisão ética, é necessário a identificação do problema, o desenvolvimento de alternativas e a escolha da melhor opção que atenda aos valores morais do indivíduo e se alcance o objetivo (SANTOS ALVES; LISBOA; JREIGE WEFFORT; POMPA ANTUNES, 2007). Ainda, Santos Alves et al. (2007) afirmam que na área de negócios, os modelos de tomada de decisões éticas tendem a conhecer as variáveis que refletem o comportamento ético de cada pessoa.

Várias pesquisas internacionais estudam modelos que mensuram a tomada de decisão ética (REST, 1979; HUNT; VITELL, 1986; TREVINO, 1986; JONES, 1991; FERRELL; GRESHAM, 2001). Muitas pesquisas brasileiras (SANTOS ALVES, 2007; BORGES; MEDEIROS, 2007; MORAES et al., 2010; DA CUNHA VIEIRA LUCENA; LIMA DE MELO; BARBOSA LUSTOSA; TIBÚRCIO SILVA, 2015) se utilizam desses modelos, a maioria com adaptações a realidade nacional, com o uso da escala *Likert*. Para medir as atitudes comportamentais de um indivíduo, o modelo mais utilizado é a escala *Likert* (DA SILVA JUNIOR; COSTA, 2014).

Devido aos avanços dos casos de fraudes, a questão ética tem gerado preocupação para o campo profissional (MORAES et al., 2010). A ética nos negócios refere-se a uma conduta aceitável pelas empresas, distinguindo-se o certo do errado (SROUR, 2000). Conforme Megliorini, Gallo, da Silva e Peters (2010) o destaque para os estudos sobre a ética empresarial aconteceu em virtude dos escândalos na contabilidade, como o caso da Enron, gerando dúvidas a respeito da conduta ética das empresas. Dessa forma, a sociedade, no âmbito público, e os investidores, na área empresarial, ficaram em alerta para as eventuais faltas de condutas éticas que comprometem a vida dos envolvidos.

2.2.1 Modelos de Jones (1991) e Alves (2005)

O modelo de Jones (1991) reúne aspectos individuais e contextuais na tomada de decisão ética. Jones (1991) apresenta um construto para descrever a intensidade moral por meio de seis dimensões, conforme quadro 1.

Quadro 1 – Componentes da Intensidade Moral

Componentes	Definições	Exemplos
Magnitude das Consequências	É definida como a soma dos danos (ou benefícios) feitos às vítimas (ou beneficiários) do ato moral em questão.	Um ato que causa a morte de um ser humano é de maior magnitude de consequência do que um ato que faz com que uma pessoa sofra uma lesão menor.
Consenso Social	É definido como o grau de acordo social de que um ato proposto é mau (ou bom).	A violência contra bandidos é mais aceitável do que a violência contra um cidadão comum.
Probabilidade do Efeito	É uma função da probabilidade de que o ato em questão realmente aconteça e que este ato irá realmente causar o dano (benefício) previsto.	Produzir um veículo que seria perigoso para os ocupantes durante as manobras normais de rotina têm maior probabilidade de danos do que produzir um veículo que põe em perigo ocupantes apenas durante as colisões traseiras.
Imediatismo Temporal	É o período de tempo entre o presente e o início das consequências do ato moral em questão (um curto período de tempo implica maior imediatismo).	Reduzir os benefícios de aposentadoria dos aposentados atuais tem maior imediatismo temporal do que reduzir os benefícios de aposentadoria dos funcionários que estão atualmente entre 40 e 50 anos de idade.
Proximidade	É o sentimento de proximidade (social, cultural, psicológico ou físico) que o agente moral tem para as vítimas (beneficiários) do ato maligno (benéfico) em questão.	Para os cidadãos dos EUA, a venda de pesticidas perigosos nos mercados dos EUA tem maior proximidade moral (social, cultural e física) do que a venda de tais pesticidas na América Latina.
Concentração do Efeito	É uma função inversa do número de pessoas afetadas por um ato de dada magnitude.	Uma mudança em uma política de garantia negando cobertura a 10 pessoas com reivindicações de R\$ 10.000,00 tem um efeito mais concentrado do que uma mudança negando cobertura para 10.000 pessoas com reclamações de R\$ 10,00.

Fonte: Jones (1991), adaptado pelos autores

Conforme o quadro 1, percebe-se os seis elementos que mensuram a intensidade moral, de acordo com Jones (1991). Porém, esse modelo não apresenta os fatores individuais, os quais podem comprometer a tomada de decisão ética. Alves (2005) apresenta alguns fatores individuais, constantes no quadro 2:

Quadro 2 – Fatores Individuais

Fatores	Explicações
Consciência	Vinculação à capacidade do indivíduo de reconhecer em um determinado fato o seu sentido ético.
Desenvolvimento Moral Cognitivo	Essa variável está relacionada ao processo de desenvolvimento da consciência moral do indivíduo e é profundamente associada aos modelos de tomada de decisão.
Gênero	Variável que tem sido evidenciada nos estudos, porém que seus resultados não têm sido conclusivos.
Idade	Estudos relacionando idade e crenças éticas têm resultados mais consistentes e o consenso é que respondentes mais velhos demonstram menos tolerância para comportamentos antiéticos do que respondentes mais jovens.
Religião	As atitudes antiéticas são afetadas pela opção religiosa do indivíduo.
Filosofia Moral	A filosofia está relacionada com a tomada de decisão e os indivíduos podem optar por diferentes filosofias a depender da sua experiência.
Nível de Instrução e Experiência de Trabalho	Esses fatores incluem o tipo de educação, tempo de escolaridade, assim como o tipo e tempo de serviço.

Fonte: Alves (2005); Nyaw e Ng (1994); Conroy e Emerson (2004); Loe et al. (2000)

De acordo com Alves (2005) os fatores individuais juntamente com as características de uma organização influenciam na tomada de decisão ética. Conforme Miranda (2013), as pessoas querem manter uma imagem de que são competentes, deixando imperceptível a questão ética, ou seja, preservam a imagem e não percebem que a ética pode ser questionável.

Nesta pesquisa, os dois modelos serão utilizados, Jones (1991) e Alves (2005), porém, para os fatores individuais, apenas algumas variáveis serão colocadas no modelo. No caso das variáveis utilizadas pelo modelo de Jones (1991), as quais dizem respeito aos componentes da intensidade moral, todas foram utilizadas nesta pesquisa. Com relação as variáveis propostas por Alves (2005), apenas as variáveis gênero, faixa etária e nível de instrução foram associadas neste artigo, mais detalhes serão apresentados na metodologia.

2.3 Alocação de Recursos no Setor Público

De acordo com a Constituição Federal (1988), conforme o modelo de federalismo fiscal, no Brasil cada ente tem sua competência de arrecadação de tributos e alocação destes. Isto dá autonomia a estados e municípios, que por estarem mais próximos da população conseguem perceber de maneira mais minuciosa as reais necessidades populacionais. Estados e municípios ainda recebem, por transferência, parte do arrecadado pela União, assim como os municípios recebem parte do arrecadado pelo estado.

Alguns impostos exigem que percentuais sejam destinados para fins específicos, outros são da escolha do ente federativo a sua alocação, como é o caso do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Assim, não apenas os gestores, mas a população deve contribuir sobre a forma que esses recursos devem ser alocados. Além disso, a população deve atuar como fiscalizadora, por meio do controle social, da gestão pública.

Nesse sentido, as legislações brasileiras, desde a promulgação da Constituição Federal (1988) vem implantado normas relativas a transparência (Lei de Responsabilidade Fiscal, 2000; Lei da Transparência, 2009; Lei de Acesso à Informação, 2011), de modo a expor para a população os gastos públicos, para que a sociedade possa acompanhar, como também, para controlar as corrupções.

Porém, os desvios de recursos públicos podem estar ligados a falta de ética dos gestores federais, estaduais e/ou municipais, pois, segundo Silva (2015) no setor público, ocorre fiscalização de órgãos de controle, tais como a Controladoria Geral da União (CGU), e mesmo assim ainda acontece a corrupção. Neste sentido, cabe à população conhecer melhor o perfil dos candidatos aos cargos públicos, além de acompanhar a gestão, de modo a evitar ou diminuir os atos fraudulentos, como citado por Ribeiro (2017) a população brasileira vem cobrando dos gestores públicos uma melhor utilização dos recursos públicos, exigindo transparência na divulgação dos gastos públicos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa tem como foco toda a população brasileira. Dessa forma, a amostra da pesquisa foi não probabilística intencional composta pela acessibilidade em contactar a sociedade por meio de envio do *link* de um questionário elaborado no *google forms*: <https://goo.gl/forms/IJaJntvBpPawKLON2>. A coleta de dados ocorreu no mês de março de 2018. Os dados foram coletados por meio de um questionário semiestruturado. O método de coleta se deu por questionário por ser uma pesquisa para mensurar a ética, sendo este o meio mais utilizado em pesquisas sobre o tema.

O questionário está dividido em três partes. Sendo a primeira parte contendo questionamentos a respeito da caracterização do perfil: gênero, faixa etária, localidade, grau de escolaridade, tipo de escola em que o respondente estudou a maior parte do tempo, a ocupação atual, se possui ou já possuiu vínculo público, e a renda mensal.

A segunda parte do questionário é composta de quatro casos sobre alocação de recursos públicos. A ideia central é captar o quanto ético o (a) respondente é em sua tomada de decisão para alocar recurso. Cada caso contém quatro possíveis alternativas como resposta. Da seguinte forma:

1. É explicado que os casos são hipotéticos e que o (a) respondente é um (a) gestor (a) público (a), devendo optar, com sinceridade, pela melhor forma de alocar o recurso.
2. Os casos colocam o (a) questionado (a) em situações em que ele (a) é gestor (a) público (a) e precisa optar pela forma que o mesmo ache melhor, tomando-se por base ser sincero nas respostas, além de tentar obter o máximo de pontuação.

A metodologia do questionário, no que tange a pontuação, foi obtida pelo questionário da pesquisa de Miranda (2013), porém com modificações. Quanto mais pontos valer a alternativa menos ética ela é considerada. As pontuações variam da seguinte maneira: 100, 150, 250 e 600 pontos. Portanto, a opção que vale 100 pontos é a mais aceitável e a que vale 600 pontos é a menos aceitável.

A partir disto, foi formulada a variável Ética, a qual conforme Miranda (2013), foi obtida pela média das respostas dadas pelos respondentes. Então, quanto mais próxima de 100 mais ético foi o (a) respondente, sendo o inverso alcançado pela média mais próxima de 600. Portanto, quanto menor o número de pontos, mais ético o (a) respondente.

Na terceira parte do questionário, foram utilizadas sentenças, adaptadas de Miranda (2013), sobre a escala de intensidade moral. A qual mensura os sete componentes expostos por Jones (1991) da intensidade moral. A quantidade das sentenças é assim distribuída: quatro sobre a Magnitude das Consequências, duas sobre Proximidade, uma de Consenso Social, três para a Probabilidade do Efeito, duas para o Imediatismo Temporal, e três sobre a Concentração do Efeito. Essas variáveis são medidas por meio da escala *Likert*, que varia de 1 a 7, sendo: 1 – Discordo Fortemente, 2 – Discordo, 3 – Discordo Moderadamente, 4 – Não Concordo Nem Discordo, 5 – Concordo Moderadamente, 6 – Concordo, 7 – Concordo Fortemente.

Dessa forma, a pesquisa teve como foco, para a aplicação do questionário, toda a população brasileira. Este ficou disponível no *google forms* pelo prazo de 1 mês, março de

2018. A coleta de dados se deu por acessibilidade, por meio de divulgação eletrônica do questionário. Este, teve um retorno de 469 respostas, em que a maioria dos respondentes se enquadram na categoria de estudantes, professores e contadores, respectivamente cerca de 24%, 23% e 13% do total.

Após a aplicação do questionário, para dar robustez a resposta ao problema de pesquisa, fez-se uso do seguinte modelo de regressão, com o intuito de verificar qual componente da intensidade moral tem relação com a ética:

$$ET_{it} = \alpha + \beta MC_{it} + \beta PR_{it} + \beta CS_{it} + \beta PE_{it} + \beta IT_{it} + \beta CE_{it} + \varepsilon \quad (1)$$

Em que:

ET_{it} – é a variável dependente que representa a ética;

MC_{it} – é a magnitude da consequência, variável independente;

PR_{it} – é o sentimento da proximidade, variável independente;

CS_{it} – é o consenso social, variável independente;

PE_{it} – é a probabilidade do efeito, variável independente;

IT_{it} – é o imediatismo temporal, variável independente;

CE_{it} – é a concentração do efeito, variável independente.

Essas variáveis foram obtidas por meio da escala *likert*, na escala de intensidade moral (JONES, 1991), a qual abrangeu 4 sentenças da magnitude da consequência, 2 de sentimento da proximidade, 1 de consenso social, 3 de probabilidade do efeito, 2 de imediatismo temporal, e 3 de concentração do efeito. E para a construção da variável ética, reuniu-se as pontuações dos quatro casos constantes no questionário.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a coleta dos dados, foram elaboradas as tabelas que trazem as respostas obtidas no questionário. Inicialmente, traçou-se o perfil dos respondentes. A amostra foi composta de 469 questionários válidos como resposta. Percebe-se que a quantidade de pessoas do sexo feminino (51,2%) foi um pouco maior que a do sexo masculino (48,8%). Quanto a faixa etária, a maior parte dos respondentes se encontram entre 25 a 35 (36%).

A pesquisa de Alves (2005), a qual abordou a questão da ética na contabilidade tendo como público alvo os contadores com registro no conselho, envolveu as variáveis sexo e idade. Quanto a questão do sexo, Alves (2005) obteve mais de 70% das respostas de pessoas do sexo masculino, sendo assim, esta pesquisa, por conseguir respostas na média de ambos sexos, pode retratar a questão da ética de modo equivalente. Além disso, Alves (2005) encontrou uma média de idade de 40 anos, já que o foco eram os profissionais, sendo um pouco maior do que os respondentes desta pesquisa.

Ainda, com relação as regiões nas quais estavam localizadas as pessoas que responderam ao questionário, a maior parte se encontra no Nordeste (86,3%), dando uma contribuição ao campo de pesquisa contábil que trata sobre ética, já que Alves (2005) obteve mais respostas entre as regiões sul e sudeste.

Quanto ao grau de escolaridade, grande parte tem pós-graduação (46,3%), seja especialização, MBA, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, podendo-se presumir que são pessoas com grau de conhecimento elevado. Quanto ao tipo de escola em que os respondentes passaram a maior parte de seus estudos, percebeu-se uma equiparidade nos percentuais, ainda sobressaindo a escola pública, com 54,4%.

O questionamento sobre o vínculo público é importante, pois a pesquisa visa, justamente, medir a ética do cidadão como gestor público. A esta pergunta, obteve-se que 59,1%

nunca obteve um vínculo público, nem como concursado (31,6%), nem como comissionado (6,4%), nem atuou em cargo eletivo (3%). O último quesito da caracterização do perfil trouxe a renda mensal, na qual grande parte dos respondentes se encontram na faixa salarial de até 2 salários mínimos (29,6%).

A segunda parte do questionário trouxe os casos para tomada de decisão, os quais envolviam aspectos cotidianos na gestão pública. Foram descritos quatro casos, elaborados pelos pesquisadores, os quais são hipotéticos. Foi pedido que os respondentes fossem sinceros no momento da escolha da alocação de recursos públicos, em cada caso. Também, foi colocado no questionário, que o respondente deveria tentar obter o maior número de pontos possíveis.

A questão das pontuações foi baseada no trabalho de Miranda (2013). Maiores pontuações equivalem a decisões menos éticas. A escolha por este método deveu-se a aplicação da teoria da dissonância cognitiva (FESTINGER, 1957), pois o indivíduo poderia tomar a decisão mais ética, porém teria que tentar conseguir mais pontos, como também, este poderia escolher a alternativa menos ética, com maior pontuação, o que o tornaria dissonante no momento da tomada de decisão. Em todos os casos, o gestor é o respondente do questionário.

O primeiro caso apresenta a situação da cidade de Animalândia, e pela proximidade das festas juninas, a população está aguardando a programação das atrações. O gestor percebeu a necessidade de aquisição de novas ambulâncias. Isso, fará com que este tenha que optar em realizar a festa junina ou a compra de ambulâncias. As respostas para o caso 1 estão descritas na Tabela 1.

Tabela 1 – Caso 1: Festa Junina ou Ambulâncias?

Afirmativa	Alternativas	Percentuais	Quantidade
Aquisição de ambulâncias é a melhor opção, pois a saúde pública no Brasil ainda é precária. (100 pontos)	A	33,5%	157
A festa junina é minha escolha, porque Animalândia é uma cidade famosa por sua festa de São João, período em que muitos turistas se deslocam para este município, trazendo ganhos para o comércio local. (250 pontos)	B	15,8%	74
Como na cidade de Animalândia não existem hospitais, as ambulâncias seriam úteis para a locomoção do paciente. (150 pontos)	C	49%	230
Eu escolho a festa junina, pois isso irá me popularizar como gestor, fazendo com que a população vote em mim nas próximas eleições. (600 pontos)	D	1,7%	8

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Como se pode observar na Tabela 1, o maior percentual de respostas se encontra na alternativa C (49%), que seria destinar o recurso para a compra de ambulâncias, já que na cidade de Animalândia não existem hospitais sendo as ambulâncias úteis para a locomoção dos pacientes; seguida da alternativa A (33,5%), a qual diz que a aquisição de ambulâncias é a melhor opção, pois a saúde pública no Brasil ainda é precária. As duas alternativas são as mais éticas, visto suas pontuações apresentadas na tabela, o que evidencia, neste quesito, que a população apesar de adquirir mais pontos em outras escolhas, decidiram ser mais éticas ao optarem por decisões as quais constavam uma menor pontuação. Pode-se observar que a população brasileira se encontra preocupada com a situação da saúde brasileira, não só olhando os maiores percentuais, como também observando que a alternativa D foi a menos respondida, pois apenas 1,7% dos respondentes optariam pelas festas juninas, como justificativa de popularização do gestor quanto a permanência no poder.

O segundo caso, cujas respostas se encontram na Tabela 2, trata sobre a questão da segurança na cidade de Periculosa. A decisão está entre conscientizar a população sobre os perigos do descuido individual e o fornecimento de maior segurança por parte do governo.

Tabela 2 – Caso 2: Segurança Pública ou Conscientização Popular?

Afirmativa	Alternativas	Percentuais	Quantidade
A população de Periculosa não é consciente quanto aos riscos da falta do cuidado individual, por este motivo alocarei o recurso em conscientização individual. (150 pontos)	A	29,2%	137
Gastos com conscientização individual é a minha escolha, pois os policiais só devem ficar nas ruas quando forem solicitados. (600 pontos)	B	7,7%	36
Pelo fato dos policiais de Periculosa estarem em greve, minha escolha é aumentar o policiamento. (100 pontos)	C	24,1%	113
Aumento de policiamento é sempre a melhor opção, pois a população tem que ter liberdade de deixar seus pertences de fácil acesso. (250 pontos)	D	39%	183

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Conforme a tabela 3, a alternativa D obteve 39% das respostas, a qual prevê o aumento de policiamento é sempre a melhor opção, seguida da alternativa A, com 29,2%, a qual afirma que a população de Periculosa não é consciente quanto aos riscos da falta do cuidado individual, sendo a melhor opção alocar o recurso na conscientização individual. Assim como no 1º caso, a opção considerada menos ética obteve o menor percentual (7,7%).

O terceiro caso diz respeito a assistência governamental e a geração de empregos. Este, trata da preocupação do governo, diante das dificuldades socioeconômicas da população, as quais necessitam de solução imediata. No momento, a crise fez com que muitos cidadãos perdessem seus empregos, e as famílias necessitassem de ajuda do governo. Diante disso, o gestor precisa optar entre fornecer um programa de auxílio as famílias ou promover um programa de geração de emprego.

Sabendo-se que, algumas necessidades são vitais, portanto exigem atendimento imediato, tais quais alimentação, medicação, e que um programa de geração de emprego leva mais tempo para atingir retorno esperado. Dessa forma, a Tabela 3 apresenta as alternativas para o caso e seus respectivos percentuais.

Tabela 3 – Caso 3: Programa de Auxílio ou Geração de Empregos?

Afirmativa	Alternativas	Percentuais	Quantidade
Como o país tem grande parte da população infantil, a qual é dependente de sua família, minha escolha é o programa de auxílio. (150 pontos)	A	15,4%	72
Programa de geração de emprego podem melhorar a economia do país, por isso esta é minha opção. (250 pontos)	B	45,4%	213
Pelo histórico de governos que promovem programa de auxílio são muito populares e permanecem no poder, esta é minha opção. (600 pontos)	C	1,7%	8
Devido ao país ter muitas empresas da iniciativa privada, que já se mostraram interessadas em fornecer empregos à população, minha opção é investir no programa de geração de emprego. (100 pontos)	D	37,5%	176

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Observando os dados da Tabela 4, a predominância está na alternativa B, a qual afirma que programa de geração de emprego podem melhorar a economia do país, por isso esta seria a melhor opção, com 45,4% de escolha. Em segundo lugar, também está a alternativa que traz programa de geração de emprego como opção, neste caso, devido ao país ter muitas empresas da iniciativa privada, que já se mostraram interessadas em fornecer empregos à população, com 37,5%.

Porém, há que se atentar que algumas necessidades são vitais e precisam de auxílio imediato, como no caso tratado na alternativa A, que obteve um percentual de 15,4%. Pois, no caso de grande parte da população ser infantil, a qual não pode trabalhar legalmente, os programas de auxílio seria a opção mais apropriada no momento.

O último caso abordado na pesquisa, refere-se aos problemas educacionais que assolam o país. Trata-se do estado de Educandópolis, que nos últimos anos tem deixado os professores da rede estadual insatisfeitos quanto aos salários que recebem e a falta de estrutura fornecida pela escola. Neste sentido, a escolha do gestor é aumentar o salário dos professores ou melhorar a estrutura das escolas.

Tabela 4 – Caso 4: Aumento de Salários ou Melhoria na Estrutura?

Afirmativa	Alternativas	Percentuais	Quantidade
Como não acontece reajuste do salário dos professores há algum tempo, minha escolha é o aumento do piso salarial dos professores, o que motivá-los. (100 pontos)	A	38%	178
Reforma da escola é minha escolha, pois assim, não apenas os professores e alunos irão ver a benfeitoria mas toda a população. (600 pontos)	B	21,1%	99
Como as salas de aula estão superlotadas, o que impossibilita tanto os professores quanto os alunos a transmissão de conhecimentos, alocarei o recurso na reforma da escola. (150 pontos)	C	37,5%	176
O aumento do piso salarial dos professores é a melhor opção, visto que todo profissional só visa o dinheiro. (250 pontos)	D	3,4%	16

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Conforme a Tabela 4, a alternativa mais escolhida foi a mais ética, com 38%. A qual apresenta um reajuste no piso salarial dos professores, com o intuito de motivá-los. A alternativa C, também obteve um percentual elevado, 37,5%. Segundo esta alternativa, a alocação de recurso se daria na reforma da escola, assim tanto os professores quanto os alunos teriam maior facilidade na transmissão e aquisição de conhecimentos.

A terceira parte do questionário traz a Escala de Intensidade Moral, a qual foi medida por meio da escala *likert*, variando em: discordo totalmente, discordo, discordo moderadamente, não concordo nem discordo, concordo moderadamente, concordo e concordo totalmente. Nesse sentido, as afirmativas medem: a magnitude da consequência, o sentimento da proximidade, o consenso social, a probabilidade do efeito, o imediatismo temporal e a concentração do efeito, conforme modelo de Jones (1991).

A Tabela 5 apresenta os resultados obtidos na Escala de Intensidade Moral, na qual se referem a:

- Magnitude da Consequência, as seguintes afirmativas: Os danos resultantes das minhas decisões (se os houver) serão pequenos; As minhas decisões prejudicarão outras pessoas; Os resultados das minhas decisões serão prejudiciais para outras pessoas; As minhas decisões irão ter consequências graves para outras pessoas;

- Sentimento de Proximidade, as seguintes afirmativas: As minhas decisões irão afetar as pessoas da minha comunidade; As minhas decisões irão ter impacto nos meus colegas de trabalho;

- Consenso Social, as seguintes afirmativas: Outros gestores públicos concordariam com as minhas decisões.

- Probabilidade do Efeito, as seguintes afirmativas: É provável que o efeito esperado das minhas decisões ocorra; Há uma probabilidade muito pequena das minhas decisões causarem realmente qualquer dano; As minhas decisões vão certamente prejudicar outras pessoas;

– Imediatismo Temporal, as seguintes afirmativas: As minhas decisões irão causar danos no futuro imediato; As consequências das minhas decisões irão ocorrer num futuro imediato;

– Concentração do Efeito, as seguintes afirmativas: As consequências das minhas decisões irão ter impacto num número pequeno de pessoas, mas de forma substancial; As minhas decisões irão prejudicar muito algumas pessoas; Apenas algumas pessoas sofrerão o maior impacto resultante das minhas decisões.

Tabela 5 – Escala de Intensidade Moral

SENTENÇAS	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Moderadamente	Não Concordo Nem Discordo	Concordo Moderadamente	Concordo	Concordo Totalmente
Os danos resultantes das minhas decisões (se os houver) serão pequenos.	7,7% (36)	12,4% (58)	10,2% (48)	9,2% (43)	27,1% (127)	26,7% (125)	6,8% (32)
As minhas decisões prejudicarão outras pessoas.	11,1% (52)	30,3% (142)	18,1% (85)	9,4% (44)	17,7% (83)	9,4% (44)	4,1% (19)
Os resultados das minhas decisões serão prejudiciais para outras pessoas.	10,7% (50)	32% (150)	18,1% (85)	11,9% (56)	18,3% (86)	6,2% (29)	2,8% (13)
As minhas decisões irão ter consequências graves para outras pessoas.	21,7% (102)	40,5% (190)	13,9% (65)	7,5% (35)	9,2% (43)	4,3% (20)	3% (14)
As minhas decisões irão afetar as pessoas da minha comunidade.	4,3% (20)	13% (61)	8,7% (41)	7,9% (37)	11,9% (56)	35,4% (166)	18,8% (88)
As minhas decisões irão ter impacto nos meus colegas de trabalho.	4,5% (21)	13,9% (65)	6% (28)	12,6% (59)	18,1% (85)	36,2% (170)	8,7% (41)
Outros gestores públicos concordariam com as minhas decisões.	4,1% (19)	12,2% (57)	12,2% (57)	21,7% (102)	21,7% (102)	22% (103)	6,2% (29)
É provável que o efeito esperado das minhas decisões ocorra.	1,1% (5)	1,1% (5)	3% (14)	8,3% (39)	25,4% (119)	52% (244)	9,2% (43)
Há uma probabilidade muito pequena das minhas decisões causarem realmente qualquer dano.	3,6% (17)	13% (61)	13,4% (63)	13,6% (64)	24,9% (117)	27,7% (130)	3,6% (17)
As minhas decisões vão certamente prejudicar outras pessoas.	13,9% (65)	35,8% (168)	16,2% (76)	12,2% (57)	14,1% (66)	6,4% (30)	1,5% (7)
As minhas decisões irão causar danos no futuro imediato.	18,1% (85)	35,6% (167)	12,8% (60)	14,3% (67)	14,1% (61)	4,7% (22)	0,4% (2)
As consequências das minhas decisões irão ocorrer num futuro imediato.	2,3% (11)	14,9% (70)	11,7% (55)	15,1% (71)	29,6% (139)	22,8% (107)	3,4% (16)
As consequências das minhas decisões irão ter impacto num número pequeno de pessoas, mas de forma substancial.	7,5% (35)	29% (136)	16,6% (78)	14,7% (69)	16,2% (76)	14,3% (67)	1,7% (8)
As minhas decisões irão prejudicar muito algumas pessoas.	20,7% (97)	39,4% (185)	12,8% (60)	10,4% (49)	10,4% (49)	4,7% (22)	1,5% (7)
Apenas algumas pessoas sofrerão o maior impacto resultante das minhas decisões.	8,3% (39)	28,4% (133)	14,1% (66)	13,2% (62)	17,7% (83)	16,2% (76)	2,1% (10)

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Os maiores e menores percentuais, referentes a cada uma das afirmativas foram destacados. A Tabela 5 traz os aspectos relacionados a Escala de Intensidade Moral, a qual foi utilizada como base os estudos de Miranda (2013):

Para a Magnitude da Consequência, a qual diz que quanto maior os danos ou benefícios maior serão as consequências, abordou quatro afirmativas a serem respondidas por meio da

escala *likert*. Quanto a afirmativa sobre: **Os danos resultantes das minhas decisões (se os houver) serão pequenos**, evidenciou que mais de 60% concordaram que suas decisões sobre os casos foram corretas, já que provocariam poucos ou nenhum dano à população. **As minhas decisões prejudicarão outras pessoas**, teve como ponto principal de resposta o *discordo*, com 30,3%, além disso, 4,1% respondeu que concordava totalmente, ou seja, mais uma vez a maioria acredita que tomou a melhor decisão como impacto positivo para a população. **Os resultados das minhas decisões serão prejudiciais para outras pessoas**, seguiu a mesma análise da afirmativa anterior, em que 32% discordou e 2,8% concordou totalmente.

Assim como a última afirmativa referente a magnitude da consequência: **As minhas decisões irão ter consequências graves para outras pessoas**, em que 40,5% discorda e 3% concorda totalmente. Depreende-se que grande parte dos respondentes acreditam que as suas decisões foram éticas, já que proporcionariam benefícios à população.

No que se refere ao Sentimento de Proximidade, as seguintes afirmativas foram tratadas: **As minhas decisões irão afetar as pessoas da minha comunidade**, obteve os seguintes percentuais 4,3% para discordo totalmente e 35,4% para concordo, e sobre **As minhas decisões irão ter impacto nos meus colegas de trabalho**, os percentuais foram 4,5% para discordo totalmente e 36,2% para concordo. Pelas respostas encontradas percebe-se que os respondentes tiveram o sentimento de proximidade, já que a maioria concordou com as afirmativas.

Para o Consenso Social teve a seguinte afirmativa: **Outros gestores públicos concordariam com as minhas decisões**, obtendo-se os seguintes percentuais, máximo e mínimo respectivamente: 22% concordam e 4,1% discordam totalmente. Ou seja, mais uma vez, a maioria dos respondentes acreditam que tomaram as melhores decisões.

Sobre as afirmativas que tratam da Probabilidade do Efeito, foram obtidos os seguintes percentuais, máximos e mínimos, respectivamente, para cada uma das três afirmativas: **É provável que o efeito esperado das minhas decisões ocorra** (52% concordam e 1,1% discordam totalmente e discordam); **Há uma probabilidade muito pequena das minhas decisões causarem realmente qualquer dano** (27,7% concordam e 3,6% discordam totalmente e concordam totalmente); **As minhas decisões vão certamente prejudicar outras pessoas** (35,8% discordam e 1,5% concordam totalmente).

A análise para a Probabilidade do Efeito foi interessante, pois duas afirmativas tiveram a mesma quantidade de escolha das pessoas. Em todas as afirmações, mais uma vez, os respondentes estão seguros que suas escolhas foram acertadas.

O Imediatismo Temporal abordou duas afirmativas: **As minhas decisões irão causar danos no futuro imediato**, obtendo 35,6% para discordam e 0,4% para concordam totalmente; **As consequências das minhas decisões irão ocorrer num futuro imediato**, teve 29,6% que concordaram moderadamente e 3,4% concordaram totalmente. Assim, os respondentes acreditam que os danos de suas decisões serão mínimos, como também que os resultados de suas terão impacto imediato para sociedade.

No caso da Concentração do Efeito, as seguintes afirmativas foram colocadas, e os percentuais máximos e mínimos, são respectivamente: **As consequências das minhas decisões irão ter impacto num número pequeno de pessoas, mas de forma substancial**, com 29% discordando e 1,7% concordando totalmente; **As minhas decisões irão prejudicar muito algumas pessoas**, com 39,4% discordando e 1,5% concordando totalmente; **Apenas algumas pessoas sofrerão o maior impacto resultante das minhas decisões**, com 28,4% discordando e 2,1% concordando totalmente.

Depreende-se disso que a maioria acredita que o impacto das decisões irá atingir um grande número de pessoas, mantendo-se coerência com a última afirmativa que diz que o impacto será apenas para algumas pessoas, em que a maioria dos respondentes discordou. Ainda, grande parte dos respondentes acredita que suas decisões não irão prejudicar a população.

Dessa forma, seguiu-se com o modelo de regressão apresentado na metodologia ($ET_{it} = \alpha + \beta MC_{it} + \beta PR_{it} + \beta CS_{it} + \beta PE_{it} + \beta IT_{it} + \beta CE_{it} + \varepsilon$), para dar maior robustez aos resultados encontrados no questionário. Obteve-se 1.876 observações, e a média da variável ética ficou aproximadamente 195, permitindo depreender disso que a maioria dos respondentes responderam eticamente aos casos propostos de alocação de recursos no setor público, já que a média para ética está mais próxima de 100 que de 600.

Após a análise descritiva, foi feita a correlação, tanto de Pearson quanto de Spearman, descrita na tabela 6. Os valores acima da diagonal 1.0000 são os referentes à correlação de Pearson e os valores abaixo a essa diagonal são os da correlação de Spearman para as variáveis da pesquisa.

Tabela 6 – Correlação de Pearson e Spearman para as variáveis do estudo

	ET	MC	PR	CS	PE	IT	CE
ET	1.000	0.0315 0.1724	0.0349 0.1308	0.0596 0.0099	0.0262 0.2565	0.0516 0.0253	0.0565 0.0145
MC	0.0354 0.1252	1.000	0.2270 0.0000	0.1477 0.0000	0.4267 0.0000	0.4705 0.0000	0.3965 0.0000
PR	0.0280 0.2253	0.1912 0.0000	1.000	-0.0001 0.9970	0.1937 0.0000	0.3137 0.0000	0.0972 0.0000
CS	0.0517 0.0251	0.1289 0.0000	0.0160 0.4873	1.000	0.2633 0.0000	0.1433 0.0000	0.0873 0.0002
PE	0.0082 0.7216	0.3904 0.0000	0.1524 0.0000	0.2343 0.0000	1.000	0.3543 0.0000	0.4096 0.0000
IT	0.0180 0.4364	0.4416 0.0000	0.2976 0.0000	0.1416 0.0000	0.3227 0.0000	1.000	0.4304 0.0000
CE	0.0221 0.3393	0.3709 0.0000	0.0640 0.0055	0.0928 0.0000	0.3459 0.0000	0.4301 0.0000	1.000

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Abaixo dos valores da correlação estão suas respectivas significâncias. Conforme pode ser observado na tabela 6, na correlação de Pearson, as variáveis que possuem correlação significativa a nível de 1% com a variável ética são o consenso social, a intensidade temporal e a concentração do efeito. No que tange a interpretação da correlação de Spearman, apenas a variável consenso social apresentou significância com a ética, e nenhuma possui relação inversa com a ética. A única relação inversa encontrada na correlação foi o sentimento de proximidade com o consenso social, observado por meio da correlação de Pearson.

Seguiu-se com os testes para o modelo proposto com a regressão. Após rodar a regressão, percebeu-se que apenas a variável representativa do Consenso Social foi significativa a nível de 1% com a ética, e, a variável Concentração do Efeito foi significativa a nível de 10%, as demais não foram significantes. Isto pode ser observado na tabela 7:

Tabela 7 – Coeficientes e estatísticas obtidas a partir do modelo da regressão

ET	Coef.	Desvio Padrão	t	P > t	95% Conf.	Intervalo
<i>cons</i>	149.5197	17.75537	8.42	0.0000	114.6972	184.3421
MC	-0.5754292	3.273435	-0.18	0.860	-6.995401	5.844542
PR	2.486142	2.181281	1.14	0.255	-1.79186	6.764144
CS	4.888271	2.01984	2.42	0.016	0.9268923	8.849649
PE	-3.088443	4.110815	-0.75	0.453	-11.15071	4.973827

IT	2.687821	3.327088	0.81	0.419	-3.837379	9.21302
CE	5.572644	3.094114	1.80	0.072	-0.4956371	11.64093
R² 0.0077		R² ajustado 0.0045		Observações 1.876		

Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Dessa forma, depreende-se ainda da análise da regressão que a magnitude da consequência e a probabilidade do efeito mostraram-se com relação inversa com a variável ética, o que não foi identificado por meio da correlação entre as variáveis.

Assim como retratado por Miranda (2013), o comportamento ético é determinado por vários fatores que interagem, sendo pessoais ou contextuais. Analisando-se todos os aspectos da Escala de Intensidade Moral, observa-se a predominância da mesma linha de raciocínio, em que os respondentes estão seguros de suas decisões e as consideram éticas, mesmo diante da dissonância surgida por meio da escolha da decisão mais ética ou do maior número de pontos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou verificar a ética no momento de tomada de decisão na alocação de recursos das pessoas no papel de gestores públicos. Para isso, foi elaborado um questionário o qual continha quatro casos hipotéticos para a escolha dos respondentes, nos quais as alternativas tinham pontuações, que quanto menores a decisão seria mais ética, para verificar a dissonância cognitiva dos respondentes. Além disso, também foi medida a intensidade moral dos respondentes, por meio da escala de intensidade moral, proposta por Jones (1991), com o apoio da escala *likert*.

Os resultados obtidos revelaram que a maioria dos respondentes escolheram as alternativas mais éticas, apesar da dissonância proposta por meio das pontuações estabelecidas nas alternativas. Constatou-se também, que os respondentes acreditam que as suas escolhas foram as mais acertadas, já que nas afirmativas estabelecidas na escala de intensidade moral revelaram isto.

Como limitação ao estudo, nota-se a falta de estudos na área da ética relacionando com a administração pública, assim sendo dificultoso encontrar uma forma de mensuração da ética neste aspecto, sendo utilizado os estudos de Miranda (2013) como base.

Sugere-se para futuras pesquisas a utilização de outros modelos para mensurar a ética, como também colocar como foco da amostra os gestores públicos, trazendo também casos reais para a decisão dos respondentes.

REFERÊNCIAS

BAZERMAN, Max H.; MOORE, Don A. **Judgment in managerial decision making**. 7 ed. New York: Wiley, 2009.

BORGES, Erivan; MEDEIROS, Carlos. Comprometimento e ética profissional: um estudo de suas relações juntos aos contabilistas. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. 44, p. 60-71, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CARIOCA, Alana Maria et al. **A produção científica brasileira das revistas de administração e ciências contábeis, classificadas no Qualis-periódicos 2014, sobre corrupção, fraude e governança corporativa: um estudo comparativo com a incidência de casos de corrupção no país**. 2016.

CONROY, Stephen J.; EMERSON, Tisha LN. Business ethics and religion: Religiosity as a predictor of ethical awareness among students. **Journal of business ethics**, v. 50, n. 4, p. 383-396, 2004. DA SILVA, Magno Rodrigo et al. Revista Eletrônica de Educação do Norte do Mato Grosso-Reenoma. 2016.

FESTINGER, L. A theory of cognitive dissonance: Stanford Univ Pr. **Fornell, C., & Larcker, DF (1981). Evaluating structural equation models with**, 1957.

FRAEDRICH, John; FERRELL, O. C.; FERREL, Linda. Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos. **Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda**, 2001.

FREITAS, Henrique et al. Informação para a decisão. **Porto Alegre: Ortiz**, 1997.

HALFELD, Mauro; TORRES, Fábio de Freitas Leitão. Finanças comportamentais: a aplicações no contexto brasileiro. **Revista de administração de empresas**, v. 41, n. 2, p. 64-71, 2001.

HUFMAN, K.; VERNOY, M.; VERNOY, J. Psicologia. São Paulo: Atlas, 2003.

HUNT, Shelby D.; VITELL, Scott. A general theory of marketing ethics. **Journal of macromarketing**, v. 6, n. 1, p. 5-16, 1986.

JONES, Thomas M. Ethical decision making by individuals in organizations: An issue-contingent model. **Academy of management review**, v. 16, n. 2, p. 366-395, 1991.

JÚNIOR, Severino Domingos da Silva; COSTA, Francisco José. Mensuração e escalas de verificação: uma análise comparativa das escalas de Likert e Phrase Completion. **PMKT–Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia**, v. 15, p. 1-16, 2014.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KAHNEMAN, Daniel; TVERSKI, Amos. **Prospect Theory: an analysis of decision under risk**. *Econometrica*, v.47, n. 2, p. 263-291, Mar. 1979.

LOE, Terry W.; FERRELL, Linda; MANSFIELD, Phylis. A review of empirical studies assessing ethical decision making in business. **Journal of business ethics**, v. 25, n. 3, p. 185-204, 2000.

MEGLIORINI, Evandir et al. Ética na contabilidade de custos–dilemas dos profissionais da contabilidade de custos. **REVISTA de CONTABILIDADE do MESTRADO em CIÊNCIAS CONTÁBEIS da UERJ (ON-LINE)**, v. 13, n. 3, 2010.

MIRANDA, Maria Madalena de Botelho. **Efeitos do processamento sociocognitivo na tomada de decisão ética**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e das Organizações) – Escola de Ciências Sociais e Humanas, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, p. 67. 2013.

MORAES, Melissa Christina Corrêa de; SILVA, Aline Moura Costa da; CARVALHO, Frederico Antonio Azevedo de. O comportamento dos futuros contabilistas perante diferentes dilemas éticos. **Pensar Contábil**, v. 12, n. 48, 2010.

NYAW, Mee-Kau; NG, Ignace. A comparative analysis of ethical beliefs: A four country study. **Journal of Business Ethics**, v. 13, n. 7, p. 543-555, 1994.

OATES, Wallace E.; JIMENEZ, Pablo Perez. **Federalismo fiscal**. Madrid: Instituto de estudios de administración local, 1977.

RIBEIRO, Renato Anderson Moura. A importância do controle interno para a gestão dos recursos públicos. **Contabilidade Pública-Unisul Virtual**, Dissertação de mestrado, 2017.

SANTOS ALVES, Francisco José dos et al. Um estudo empírico sobre a importância do código de ética profissional para o contabilista. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 18, n. spe, p. 58-68, 2007.

SERRA, Maria de Fatima da Silva; ARES, Emilia Cirujano. A doação responsável como uma alternativa viável para combater fraudes e corrupções em entidades sem finalidade lucrativa: um estudo do trabalho desenvolvido pela Fundación Lealtad. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 19, n. 2, p. 93-115, 2014.

SILVA, Adolfo Henrique Coutinho et al. Teoria dos escândalos corporativos: uma análise comparativa de casos brasileiros e norte-americanos. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 17, n. 1, p. 92-108, 2012.

SILVA, Valter Jovenil Avila da. **Fraudes nas fundações privadas**: o papel do Ministério Público. Dissertação de mestrado, Porto Alegre, 2015.

SIMON, Herbert Alexander. **Reason in Human Affairs**. Stanford: Stanford University Press, 1983.

SIMON, Herbert Alexander. A behavioral model of rational choice. **The quarterly journal of economics**, v. 69, n. 1, p. 99-118, 1955.

SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

THALER, Richard H. The end of behavioral finance. **Financial Analysts Journal**, p. 12-17, 1999.

TREVINO, Linda Klebe. Ethical decision making in organizations: A person-situation interactionist model. **Academy of management Review**, v. 11, n. 3, p. 601-617, 1986.

TVERSKY, Amos; KAHNEMAN, Daniel. Judgment under uncertainty: Heuristics and biases. **science**, v. 185, n. 4157, p. 1124-1131, 1974.

VASQUEZ, Adolfo Sanches. **Ética**. 23ª ed.. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

VIEIRA, Edzana Roberta F. da C. et al. Ética: a tendência de os profissionais contábeis denunciarem atos questionáveis. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 9, n. 24, p. 3-17, 2015.